



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638590 - PE (2021/0001279-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : YDIGORAS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MARCELO FLÁVIO TIGRE BARRETO - PE027543  
YDIGORAS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR - PE027482  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : OLIVIO DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OLIVIO DA SILVA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC N. 0011032-22.2020.8.17.9000).

O paciente teve prorrogada a permanência no Presídio Federal de Campo Grande (MS) pelo Juízo da Segunda Vara de Execuções Penais de Recife. O acórdão atacado, proferido em prévio *writ*, não conheceu da súplica, porque já teria sido decidida em agravo em execução, mas deixou assente a necessidade de o paciente continuar no RDD, no presídio federal.

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, porque não teria sido a defesa intimada da decisão de permanência do paciente no presídio federal que conta já com três renovações indevidas. Teria havido uma ratificação, pelo juízo federal, da decisão do juízo da execução de Pernambuco, em um procedimento esdrúxulo, o que terminou por violar o duplo grau de jurisdição. Aduz que o paciente está com sua sanidade mental comprometida, por estar há muito tempo em regime diferenciado de cumprimento de pena.

Requer, liminarmente, seja anulada a decisão que renovou a permanência no presídio federal e o imediato retorno do paciente ao sistema prisional de Pernambuco. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. Colhe-se do julgado

atacado o seguinte (fl. 53):

Consta do referido relatório de inteligência, que, em 2015, o paciente tentou fugir da PPBC vestido de mulher e que, de seu assentamento carcerário, colhe-se que ele foi transferido dentro do sistema prisional deste Estado por, aproximadamente, 30 (trinta) vezes, todas as vezes por medida de segurança - planejamento/tentativa de fuga, indisciplina e subversão da ordem.

Em consulta ao SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), extraio que, ao revés do sustentado pelo impetrante de que o paciente não tem em seu desfavor processos, o paciente conta com 19 (dezenove) processos criminais e cumpre pena total, atualmente, de 380 (trezentos e oitenta) anos, 7 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias de reclusão (processo de execução nº 010509-51.2016.4.03.6000).

Constata-se que o paciente foi posto em Regime Disciplinar Diferenciado com esteio no artigo 52 da Lei nº 7.210/1984 e nas disposições da Lei nº 11.671/2008 e do Decreto nº 6.877/2009, com base em dados concretos trazidos pelo Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, a partir de informações do Núcleo de Inteligência dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, de que o paciente era considerado de alta periculosidade, envolvido com organização criminosa, tráfico de drogas, assaltos, sequestros e homicídios na Região Metropolitana do Recife, aliada aos planejamentos/tentativas de fuga que perpetrou, aproximadamente 30 (trinta), à sua indisciplina e subversão da ordem.

Por todos os dados trazidos aos autos, concluo que não há constrangimento ilegal sofrido pelo paciente no que pertine à manutenção de seu encarceramento na unidade prisional federal, não havendo que se falar em ilegalidade da medida que autorize a concessão de ordem de ofício.

Não se há falar, ademais, em anulação da decisão em comento, porquanto devidamente fundamentada e proferida em obediência aos trâmites previstos no artigo 54[1] da Lei nº 7.210/1984 e na Lei nº 11.671/2008, sendo estabelecido o contraditório com a ouvida prévia do órgão ministerial e da defesa. Quanto à alegação do impetrante de que o paciente está, no momento, com a sua sanidade mental comprometida, verifica-se dos autos que o paciente tem acompanhamento psiquiátrico na unidade prisional e que, inclusive, tramita Incidente de Insanidade Mental.

Por fim, quanto à alegada ausência de intimação da defesa do paciente da decisão ora combatida, razão também não assiste ao impetrante.

Em consulta ao SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), verifico que o impetrante foi devidamente intimado da decisão.

Tem-se dos referidos autos, inclusive, que o impetrante interpôs Agravo em Execução Penal contra a decisão proferida pelo Juiz Federal, que autorizou a renovação do prazo de permanência do paciente no estabelecimento prisional federal, e dita autoridade determinou, em 4 de agosto, a distribuição do recurso no “Processo Judicial eletrônico - PJE, encaminhando-o, após a devida baixa, ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª região para processamento e julgamento do recurso.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente